

Os banqueiros querem juros da moratória

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Miami

Num claro endurecimento de sua posição, os catorze grandes bancos internacionais que representam os credores da dívida externa comunicaram ao presidente do Banco Central (BC) do Brasil, Francisco Gros, na tarde do último domingo, que seu apoio ao pedido de manutenção das linhas de crédito de curto prazo e de renovação das amortizações de principal de 1986 e 1987 dependerá de um gesto concreto do governo brasileiro: o pagamento de pelo menos uma parte dos juros que venceram depois da decretação da moratória, no mês passado — disse a este jornal uma bem situada fonte financeira. A informação foi confirmada por uma fonte da delegação brasileira presente à reunião.

(Fontes do Palácio do Planalto consultadas por este jornal consideraram inaceitável a posição dos banqueiros credores de o Brasil começar a pagar

parte dos juros devidos para que renovem as linhas de curto prazo. No Ministério da Fazenda, a opinião é de que essa é uma tática de negociação — ver página 25.)

Numa reunião de mais de três horas, realizada no hotel Hyatt International e que, segundo um banqueiro europeu, foi marcada pela "preocupação de ambas as partes de não ser confrontacional", o presidente do BC solicitou aos bancos a prorrogação até 31 de junho, numa base voluntária, dos cerca de US\$ 15 bilhões das linhas de curto prazo que vencem na terça-feira da semana que vem.

Gros pediu também a renovação automática, até o fim de junho, dos aproximadamente US\$ 9,5 bilhões em vencimentos de principal de 1986 (que, pelo acordo provisório do ano passado, foram depositados no BC e são exigíveis no dia 16 de abril próximo), bem como das amortizações devidas no primeiro semestre de 1987. Até lá, Gros disse aos banqueiros que o go-

verno fará "uma clara declaração" sobre sua política econômica, que, segundo ele, está sendo preparada e será apresentada primeiro internamente, e formalizará uma proposta para uma renegociação duradoura da dívida.

Depois de se reunirem separadamente para considerar a solicitação brasileira, os representantes dos credores responderam que só apoiarão o pedido se o governo brasileiro efetuar o pagamento de uma parcela dos juros em atraso. Eles não especificaram o montante.

Manifestando a posição unânime dos bancos, o presidente do comitê, William R. Rhodes, do Citicorp, disse a Gros que a decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos de juros, no dia 20 de fevereiro, e as providências que tomou, dias depois, sem consultar os bancos, para preservar as linhas de curto prazo, haviam destruído a confiança da comunidade financeira internacional no governo brasileiro.

Diante disso, Rhodes disse a Gros que uma simples declaração da intenção de retomar os pagamentos de juros "o mais cedo possível", que, segundo o presidente do BC, o governo está disposto a fazer, já não bastaria para obter o apoio do comitê e induzir o conjunto dos credores a prorrogar os créditos presos a vencer. Por isso,

Os banqueiros querem juros...

por Paulo Sotero

de Miami

(Continuação da 1ª página)

disse-lhe Rhodes, o governo brasileiro deve agora sustentar suas palavras com um gesto concreto, pagando uma parcela dos juros que venceram desde que o presidente José Sarney decretou a moratória.

Politicamente, a exigência dos banqueiros, que apostam no crescente isolamento interno do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, parece ter sido calculada para funcionar como um golpe fatal contra o ministro. "Não vejo como o homem que armou a moratória possa atender a esse pedido e permanecer no governo", opinou um banqueiro membro do comitê.

Gros ficou de dar uma resposta aos banqueiros até hoje, o mais tardar, depois de consultar Funaro.

Numa possível indicação de que tentaria fazer um esforço para assegurar o apoio do comitê, Gros afirmou, em entrevista coletiva que concedeu após a reunião, que o governo brasileiro está perfeitamente disposto a sentar com os bancos e encontrar uma solução que leve em conta o prazo de noventa dias, após o qual os bancos americanos e canadenses têm que retirar de seus livros os pagamentos de juros não recebidos.

Gros disse que expressou "a preocupação" do governo brasileiro sobre a possibilidade de os bancos virarem a classificar seus empréstimos ao País como "non performing". "Nós consideramos essa regra dos noventa dias muito rígida. E ela não se aplica a todos os bancos, mas apenas aos bancos americanos e canadenses", disse ele, acrescentando que a regra devia ser flexibilizada e que o governo brasileiro estaria disposto a estudar uma fórmula que leve em consideração "essa limitação" dos bancos. Perguntado se essa solução poderia evitar que os credores reclassifiquem seus empréstimos brasileiros no próximo dia 31, como alguns já indicaram que farão, Gros respondeu: "É possível".

Fontes financeiras disseram a este jornal que a única maneira prática de obter esse resultado é efetuar um pagamento de juros.

O presidente do BC não tentou esconder que sua solicitação de prorrogação dos empréstimos a vencer foi mal recebida. "Até onde consigo ver, eles (os credores) caracterizaram sua reação como uma de desapontamento, o que é compreensível. O que mais posso dizer? Obviamente, ninguém está particularmente feliz com a situação em que estamos neste momento. Nós não estamos e os bancos não estão."

Perguntado se as recentes demissões na área econômica eram o prenúncio de mais mudanças, Gros procurou contornar a questão dizendo que elas indicavam apenas que no passado havia "várias ideias diferentes e agora temos maior unidade". Indagado, contudo, qual era a posição mais unida, o presidente do BC esquivou-se, afirmando que a pergunta "deve ser feita ao ministro da Fazenda".

"POLÍTICA COERENTE"

Gros, que está em Miami no comando da delegação brasileira à 25ª Reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, iniciada ontem, fez um grande esforço, tanto na reunião com os banqueiros como duran-

te a entrevista coletiva, para explicar a posição brasileira, insistindo em que o governo tem uma política econômica coerente, já demonstrou sua capacidade de tomar medidas duras de ajustamento e continuará a fazê-lo, estando disposto a esclarecer os vários aspectos dessa política aos bancos.

Ironicamente, há, na própria comunidade financeira, quem concorde com a essência dos argumentos apresentados pelo presidente do BC. Um economista de um banco, que visitou o Brasil após a decretação da moratória, disse ter ficado "surpreso ao constatar quão bem o governo está administrando a crise. O problema é que as autoridades econômicas não podem dizer que há uma crise e muito menos que a estão administrando". De acordo com a avaliação do economista, "a política monetária está apertada, a política fiscal está apertada e a política salarial, apesar do gatilho, também está provocando uma perda real de renda, por causa da velocidade da inflação".

"Se o governo fizesse uma maxidesvalorização do cruzado para estimular as exportações, o FMI aprovaria sua política econômica", opinou ele.

O encontro de Gros com os banqueiros deixou claro, contudo, que já é tarde para que esse tipo de avaliação tenha qualquer influência significativa nos entendimentos do Brasil com seus credores privados. "O problema imediato não é mais de qualidade da administração da economia brasileira, o problema é político", disse uma fonte da delegação brasileira.

"Os bancos estão sentindo que suas ações podem influenciar uma mudança da equipe econômica no Brasil e estão apostando tudo na queda de Funaro". Vários membros da delegação demonstravam desânimo e uma extrema preocupação com a evolução do quadro político no Brasil depois da reunião do presidente José Sarney com os empresários, promovida por seu amigo Machline.

ARGENTINA

"Nós tivemos o mesmo problema com os argentinos, em 1983, e o ministro Bernardo Grinspun acabou caindo", confirmou uma fonte categorizada do comitê de bancos credores, referindo-se ao primeiro chefe da equipe econômica do presidente Raúl Alfonsín, que resistiu, durante alguns meses, a um programa com o Fundo e comandou uma moratória não declarada de pagamentos da dívida, que forçou os credores a reclassificar como "non-performing" partes de seus ativos argentinos e a assumir perdas temporárias de receita.

Dizendo-se "um otimista", o banqueiro afirmou que espera que seja possível encontrar uma solução que limite ao mínimo as perdas das linhas de curto prazo, mas previu que, mesmo na melhor das hipóteses, haverá perda.

Perguntado se previa também o início de ações legais de credores menores contra agências de bancos brasileiros, pelo não pagamento de linhas de curto prazo, o banqueiro riu e deixou a pergunta sem resposta. Gros afirmou que a possibilidade de ações legais "não foi tratada como tal" na reunião com os banqueiros, acrescentando, contudo, "que se se quiser ser técnico a respeito, já criaram uma nova realidade legal".

Quanto às questões maiores, o presidente do BC explicou aos banqueiros as medidas que o Conselho Monetário Nacional tomou na semana passada e que afetam os empréstimos de US\$ 6 bilhões de vencimento de principal de 1985, que foram renegociados no início do ano passado, mas continuam, em grande parte, estacionados no BC.

Segundo Gros, os advogados de ambas as partes trabalharam, na segunda e na terça-feira, na linguagem das mensagens que o governo brasileiro enviara à comunidade de bancos pedindo a prorrogação dos empréstimos a vencer. Parecia óbvio, porém, que a definição da linguagem aguardaria a resposta brasileira à exigência de pagamento de juros feita pelos banqueiros.

Gros manteve reuniões no dia de ontem com vários banqueiros, que, segundo ele, pediram para conversar. Hoje volta a se reunir com o comitê dos bancos credores.

Baker demonstra não acreditar em confronto

por Paulo Sotero

de Miami

O secretário do Tesouro, James Baker III, afirmou ontem, em Miami, que está acompanhando os entendimentos do Brasil com os bancos desde a conversa que tive com o ministro das Finanças, em Washington, há algumas semanas".

Falando a jornalistas brasileiros, o secretário do Tesouro afirmou que continua a acreditar que a decisão brasileira de suspender os pagamentos foi tomada porque as reservas estavam baixando demais. Mas entendo que o Brasil pretende enfrentar essas dificuldades sem qualquer confrontação. Esta é a impressão que recebi e que transmiti ao Congresso".

Perguntado quando instruiria o Eximbank a reabrir suas linhas de crédito para o Brasil, Baker afirmou "que isso depende do programa econômico que o governo brasileiro anuncia nas próximas semanas". Disse que esperava conversar sobre o programa em seu próximo encontro com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Gros ficou de dar uma resposta aos banqueiros até hoje, o mais tardar, depois de consultar Funaro.

Numa possível indicação de que tentaria fazer um esforço para assegurar o apoio do comitê, Gros afirmou, em entrevista coletiva que concedeu após a reunião, que o governo brasileiro está perfeitamente disposto a sentar com os bancos e encontrar uma solução que leve em conta o prazo de noventa dias, após o qual os bancos americanos e canadenses têm que retirar de seus livros os pagamentos de juros não recebidos.

Gros disse que expressou "a preocupação" do governo brasileiro sobre a possibilidade de os bancos virarem a classificar seus empréstimos ao País como "non performing". "Nós consideramos essa regra dos noventa dias muito rígida. E ela não se aplica a todos os bancos, mas apenas aos bancos americanos e canadenses", disse ele, acrescentando que a regra devia ser flexibilizada e que o governo brasileiro estaria disposto a estudar uma fórmula que leve em consideração "essa limitação" dos bancos. Perguntado se essa solução poderia evitar que os credores reclassifiquem seus empréstimos brasileiros no próximo dia 31, como alguns já indicaram que farão, Gros respondeu: "É possível".

Fontes financeiras disseram a este jornal que a única maneira prática de obter esse resultado é efetuar um pagamento de juros.

O presidente do BC não tentou esconder que sua solicitação de prorrogação dos empréstimos a vencer foi mal recebida. "Até onde consigo ver, eles (os credores) caracterizaram sua reação como uma de desapontamento, o que é compreensível. O que mais posso dizer? Obviamente, ninguém está particularmente feliz com a situação em que estamos neste momento. Nós não estamos e os bancos não estão."

Perguntado se as recentes demissões na área econômica eram o prenúncio de mais mudanças, Gros procurou contornar a questão dizendo que elas indicavam apenas que no passado havia "várias ideias diferentes e agora temos maior unidade". Indagado, contudo, qual era a posição mais unida, o presidente do BC esquivou-se, afirmando que a pergunta "deve ser feita ao ministro da Fazenda".

"POLÍTICA COERENTE"

Gros, que está em Miami no comando da delegação brasileira à 25ª Reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, iniciada ontem, fez um grande esforço, tanto na reunião com os banqueiros como duran-